

**“OS FOLGUEDOS DO CARIRI”:
A “DEFESA DO FOLCLORE” CARIRIENSE NA REVISTA ITAYTERA (1955-1980)**

Jane Semeão*

Assis Daniel Gomes**

Em 1953, ano que a cidade do Crato comemorava o aniversário de elevação política do município, foi fundado o Instituto Cultural do Cariri (ICC)¹. Tal órgão civil unia em seu quadro de colaboradores e sócios renomados intelectuais da região, em especial cratenses. Nesse conagraçamento, almejavam fortalecer e realizar ações em prol do que consideravam as “particularidades” da região do Cariri.

Para tanto, fundaram em 1955 a revista *Itaytera*. Através de suas páginas divulgaram uma produção intelectual que expressava os ideais e ideias de seus organizadores e colaboradores, promovendo o que eles denominavam de “grandes causas regionais” (ITAYTERA, 1971, p.182). Nela se percebe a divulgação de um conhecimento-pesquisa em favor da divulgação e perpetuação daquilo que consideravam particulares ao Cariri e que se apresentava no folclore, na natureza e história local.

Boa parte dos sócios efetivos e defensores dos objetivos traçados na fundação do ICC e da revista eram da elite cratense. Entre as metas definidas por seus acadêmicos para a “defesa intransigente da região caririense” (ITAYTERA, 1955, p.02) se destacam, além da criação do periódico: a construção de “lugares de memória” (NORA, 1993), como o batismo de ruas com nomes de homens considerados importantes para a história local e do Museu do Crato – idealizado com espaço para a história local, para o folclore e para as artes; luta pela preservação da chapada, de seus mananciais, que legitimava a imagem do Cariri como um “Vale” fértil e rico se comparado à aridez do sertão nordestino; construção de bibliotecas, arquivos e monumentos; “criação do INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO CARIRI, de que resultou a fundação, igualmente da FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO” (ITAYTERA, 1974, p.161).

No que nos interessa mais diretamente, promoveu-se também o enaltecimento e valorização da “arte folclórica” caririense, entendendo-a como resultado da junção dos costumes e valores do negro, índio e branco. Em matérias sobre reminiscências de um Cariri

* Professora Mestre- Orientadora - Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. E-mail: janesemeao@globo.com.

**Bolsista PIBIC-URCA- Graduando em História pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: historiaassis47@yahoo.com. Esse texto é resultado de uma parte do Projeto de Iniciação Científica intitulado “O Instituto Cultural do Cariri e a (re)construção do espaço caririense (1950-1970)”.

“antigo”, por exemplo, o folclorista J. de Figueiredo Filho atrela suas lembranças às brincadeiras de roda e à “arte folclórica”, dizendo que “desde o período de minha meninice que ouço a toada da música de couro do Crato” (ITAYTERA, 1955, p.107). Esse processo de lembrar as manifestações culturais do tempo em que era criança criava uma ponte entre o passado e presente e respaldava uma suposta identidade cariense.

Em termos nacionais, foi fundada em 1947 a Comissão Nacional do Folclore (CNF), que tinha como Secretário Geral e vice-presidente Renato Almeida e “Presidente Brasileiro de Folclore” Luís de Câmara Cascudo, fruto da “Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro” empreendida por folcloristas nacionais (VILHENA, 1997). Como instrumento de divulgação dessa luta em todo o país, foi criada em 1961 a “Revista Brasileira do Folclore”.

No Ceará, a versão estadual dessa comissão foi fundada em 1948. Na Comissão Estadual do Folclore do Ceará destacava-se em seu quadro de sócios e colaboradores o folclorista cratense J. Figueiredo Filho, um dos fundadores do ICC e responsável no Cariri pela formação de um corpo de intelectuais-pesquisadores sobre o folclore. Para Vilhena, a busca voraz empreendida pelas elites locais da “cultura folclórica não era inspirada em função de um interesse meramente especulativo. Traíndo suas origens românticas, a maioria dos folcloristas buscava no ‘povo’ as raízes autênticas e genuínas que permitiram definir sua cultura nacional” (1997, p.25).

Objetivamos, portanto, analisar neste trabalho os discursos dos membros do ICC sobre o folclore da região publicados na revista *Itaytera* e sua relação com a (re) invenção de uma identidade cariense. Como também, verificar as interfaces desses discursos com a Revista Brasileira do Folclore (1961- 1976), fundada pela Comissão Nacional do Folclore.

A “defesa do folclore”: as interfaces entre *Itaytera* e a Revista Brasileira do Folclore

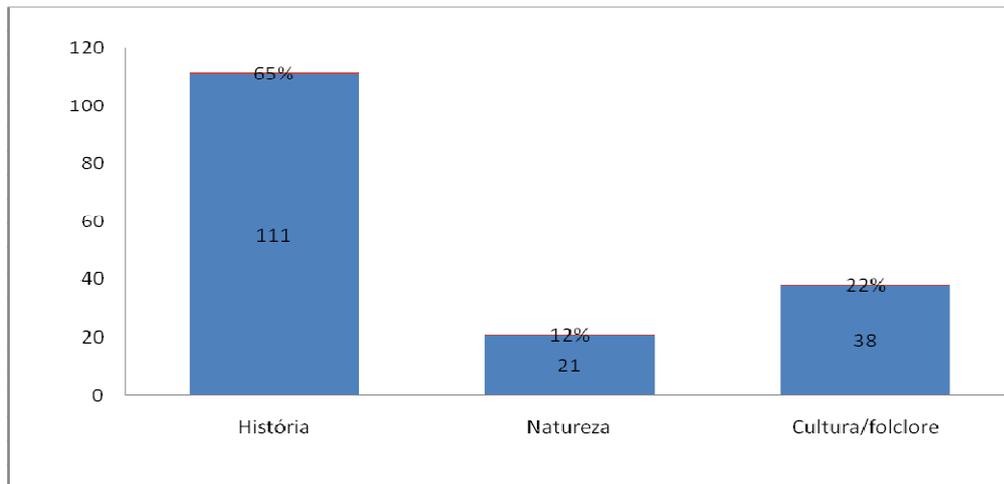
A revista *Itaytera*, fundada em 1955 pelo Instituto Cultural do Cariri, foi considerada importante espaço para a divulgação das “coisas” da localidade. Esse periódico, de produção anual, “nasce com programa definido: o da defesa intransigente da região cariense” (ITAYTERA, 1955, p.02). Ele tornou-se o “coração” e “força propulsora de nosso movimento cultural” (ITAYTERA, 1961, n^o VII, p.2), que “pugnará, sem desfalecimento, pela melhoria do nível cultural e pelo bem estar da região cariense” (ITAYTERA, 1955, p.01).

Na revista *Itaytera*, três aspectos se destacavam na escrita de seus fundadores e colaboradores: a história, o folclore e a natureza da região. Objetivando pensar nesse artigo o folclore, seria pertinente a seguinte questão: Como o folclore foi incorporado nesse periódico? Verificamos que além da publicação de matérias nas páginas da revista, foram divulgadas

“monografias” que traziam resultados de pesquisas sobre a “arte folclórica”. No gráfico n.1, podemos visualizar toda a produção sobre o folclore na revista:

Gráfico n.1

Porcentagem de matérias sobre folclore publicadas na Revista Itaytera



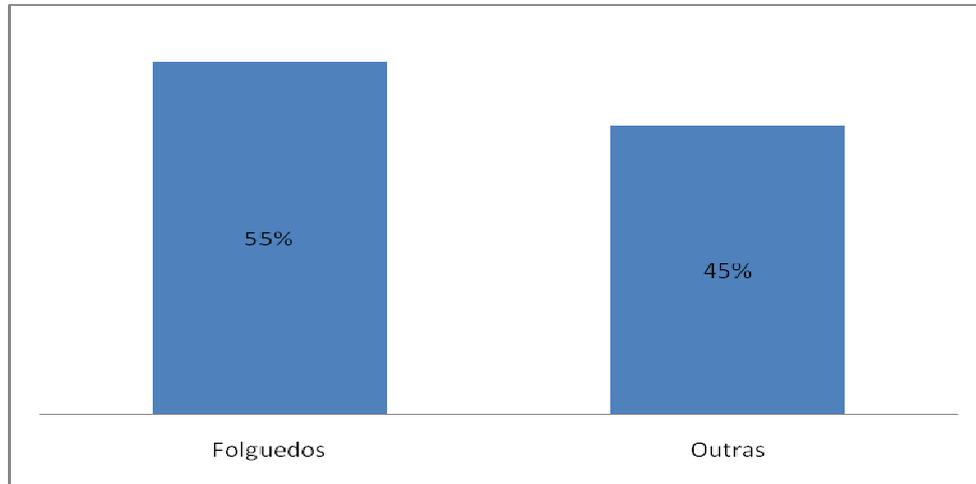
Fonte: Revista Itaytera (1955-1980)

Nesse gráfico verificamos que no montante de 170 matérias analisadas durante o período de 1955 a 1980, 22% se refere à temática aqui abordada. O folclore aparece em suas variadas formas, por exemplo, nas manifestações populares feitas pelos Irmãos Aniceto, pelo Repente, na Literatura de Cordel, nas danças pertencentes à chamada religiosidade popular, como o Reisado do “Mestre Dede de Lima” no sítio São José etc. Essas manifestações foram mapeadas e observadas pelos intelectuais que buscavam no folclore rastros do que consideravam estar na origem da cultura caririense.

Nas matérias referentes ao folclore, observamos a presença de algumas indicações e páginas de opinião sobre a produção dos livros “Folclore do Cariri” (1962) e “Folguedos Infantis” (1966), o enaltecimento da “tradição” oral dos repentistas e da música popular, como o Baião, a narração dos mitos do tempo da colonização do Cariri, em especial do Crato etc. Os estudos e divulgação dos folguedos ganharam destaque na revista. De um total de 100% das matérias que referenciam o folclore, 55% delas tratam dos folguedos da região sul cearense. Os 45% restantes se referem a literatura de cordel, música popular, mitos etc. No gráfico n.2, estão expressos toda a produção sobre os folguedos na revista:

Gráfico n.2

Porcentagem de matérias sobre folguedos publicados na Revista Itaytera



Fonte: Revista Itaytera (1955-1980)

A temática dos folguedos teve uma incorporação singular na revista *Itaytera*, possuindo assim, mais da metade do montante de 38 matérias. Nas páginas dedicadas a esse assunto, se destacavam: A “Banda Cabaçal” ou de Couro, Aboio, Reisado, Maneiro Pau, os Cocos, Roda de Pisada etc.

O ICC, além de estudos sobre o folclore divulgados em *Itaytera*, realizava ações em torno da defesa das manifestações folclóricas da região, como demonstra o depoimento de Francisco de Vasconcellos publicado em 1964 na revista agradecendo o apoio dado pelo Instituto a sua pesquisa sobre “folguedo Popular” e a visita ao sítio do “Reisado do Sítio São José do Pau Sêco”. Para esse pesquisador:

Graças ao Instituto Cultural do Cariri e principalmente ao seu presidente, Dr. José de Figueiredo Filho, figura apaixonada do folclore, elemento de muita penetração do povo local, grande protetor e defensor das artes populares, [que] teve a oportunidade de na tarde de 7 de janeiro de 1964, visitar o reduto do tradicional folguedo natalino, ou seja o Sítio São José onde a vários anos é organizado o melhor reisado da região. Seu Mestre é o Dede Lima, agricultor e negociante de farinha na feira do Crato e os demais componentes do grupo vivem também do cultivo da terra nos sítios circunvizinhos (p.121).

Os responsáveis pela revista, portanto, promoviam a “valorização” do folclore da localidade, enaltecendo-o e divulgando-o em outras regiões e estados visando elevar essas “manifestações populares”. Combatiam, dessa forma, a ideia de que tais “artes folclóricas”

seriam sinônimos de “atraso bisonhos” e “primitivos”, de que “a tradição apresentava-se como inimiga número um do progresso” (ITAYTERA, 1955, p.109). Defendiam essas “artes” como parte da identidade caririense, pois lhe eram particulares.

A quantidade de matérias produzidas na revista nos possibilita verificar a importância que seus fundadores e colaboradores davam ao folclore local. O fato de possuírem prestígio junto a representantes da política local, de atuarem em jornais e instituições de ensino, por exemplo o jornal “A ação” e a “Faculdade de Filosofia do Crato”, respectivamente, contribuía para que pudessem dar maior visibilidade e aceitação a essas manifestações folclóricas.

Além da produção e publicação de escritos sobre o folclore da região, foram criados os “Festivais de folclore”, objetivando trazer dos sítios e das varias localidades caririenses os folguedos e as mais belas “artes folclóricas”. Ao incentivar trazer do “rural” para o urbano essas manifestações, promoviam uma (re)invenção desta “cultura popular”. O folclorista Figueiredo Filho, ao lembrar do período de legislatura de seu pai na prefeitura do Crato, criticava o fato de que naquela época “tudo que não vinha de fora, não estava de acordo com a civilização que começava a penetrar no interior” (ITAYTERA, 1955, p.109).

Como, então, a revista *Itaytera*, coadunava com o projeto e metas da “Comissão Nacional do Folclore” e sua “Campanha de Defesa do Folclore”? Quais as idéias divulgadas pela CNFL para a defesa daquilo que eles consideravam “genuinamente brasileiro”? Quais as interfaces de *Itaytera* com a *Revista Brasileira do Folclore*?

Com a criação da UNESCO em 16 de novembro de 1945 e a partir de acordos internacionais entre as nações participantes sobre a proposta da fundação de “organismos nacionais” que valorizassem a cultura e a educação, é que no Brasil foi instituído em 1946, através do “Ministério das relações exteriores”, o “Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura” (IBECC). Dessas entidades nasceu a “Confederação Nacional do Folclore”, que tinha como um de seus principais personagens Renato Almeida. De acordo com Vilhena (1997), esse intelectual era “Folclorista e musicólogo” e esteve presente na CNFL desde sua fundação em 7 de novembro de 1947. Gozando de grande prestígio e poder, foi um dos responsáveis pela fundação da “International Folk Music Council” (IFMC) em Londres (1947) e da organização do “Centre International des arts et traditions Populaires (CIAP)” em Paris.

Recuando um pouco no tempo, segundo o antropólogo Brandão a fundação em 1878 da “Sociedade de Folclore de Londres” abriu uma gama de objetos de estudos daquilo que seria considerado folclore. Eles ficaram assim classificados:



- As *narrativas tradicionais*, como os contos populares, os mitos, lendas e estórias de adultos ou de crianças, as baladas, “romances” e canções;
- Os *costumes tradicionais* preservados e transmitidos oralmente de uma geração à outra, os códigos sociais de orientação da conduta, as celebrações cerimoniais populares;
- Os *sistemas populares de crenças e superstições* ligados à vida e ao trabalho, englobando, por exemplo, o saber da tecnologia rústica, da magia e feitiçaria, das chamadas ciências populares;
- Os *sistemas e formas populares de linguagem*, seus dialetos, ditos e frases feitas, seus refrões e adivinhas (1981, p.28).

Na América essas ideias chegaram em 1888, com a fundação da “Sociedade Americana de Folclore- EUA”. Essas duas instituições também influenciaram na formação e consolidação de um projeto de valorização e pesquisa no Brasil, tendo seu ápice representado pela criação da CNFL, da “Campanha de Defesa do Folclore” e da “Revista Brasileira do Folclore” (1961). Para os folcloristas, a fundação dessa revista seria a garantia de um “ambiente propício à existência efetiva de um periódico de divulgação científica do folclore” (REVISTA BRASILEIRA DO FOLCLORE, 1961, p.05). Mas quais eram os objetivos da campanha de defesa do folclore empreendida pela CNFL? De acordo com os intelectuais envolvidos nessa tarefa, era preciso:

- a- Promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e de especialização, exposições, publicações, festivais;
- b- Proteger o patrimônio folclórico, as artes e os folguedos populares;
- c- Organizar museus, bibliotecas, filmotecas e centro de documentação;
- d- Manter intercâmbio com entidades congêneres;
- e- Divulgar o folclore do Brasil (REVISTA BRASILEIRA DO FOLCLORE, 1976, p.88).

Mas um dilema conceitual emergia dentro da intelectualidade brasileira: o confronto entre a idéia de “folclore” e “Cultura Popular”. Os folcloristas defendiam a primeira noção e a partir daí buscaram construir um corpo teórico e um campo específico de estudo desse objeto. Para demarcar esse lugar foi instituída a campanha de preservação do folclore e a “Carta do Folclore” que procurava mostrar caminhos para os intelectuais que estavam, segundo Vilhena (1997), em torno desse “projeto e missão”. De acordo com o folclorista Edison Carneiro:

Como sabem todos os folcloristas, o folclore não morre. Ele se adapta, se transforma, evolui com o tempo e com o ambiente. Por que, então, a defesa? Indaga e, a seguir, explica que os vários movimentos de opinião verificados no Brasil – marcha para o Oeste, retorno ao campo, independência econômica, industrialização, desenvolvimento – deslocam o eixo dos valores tradicionais, criando novos campos de interesse e valorização. Mostra como esse fenômeno natural, em um país como o nosso, ainda em evolução, em processo de sedimentação de culturas, essa mobilização de elementos acarreta a desatenção para alguns deles, levando-as ao



esquecimento. Foi esse o caso do Folclore, em algumas cidades brasileiras, de tal modo que muitos dos jovens, dos moços de agora jamais tiveram contato com as manifestações populares, como acontecia outrora, quando elas faziam parte da vida comum (REVISTA BRASILEIRA DO FOLCLORE, 1961, p.97).

A “Carta do Folclore”, publicada em 1951, colocava três metas para os folcloristas brasileiros: 1- Buscar preservar as manifestações folclóricas de sua localidade; 2- Construir meios de ensino desta “cultura”; 3- Realizar pesquisas “monográficas” como forma de “guardar” para posteridade esse saber popular, que seria característico da nacionalidade brasileira. A comissão começou então a fomentar cursos, exposições, publicação de livros frutos de pesquisa de folcloristas, festivais, bibliotecas, documentos iconográficos etc. Conforme Vilhena (1997), a intenção era tornar o folclore um patrimônio que deveria ser catalogado e registrado para o conhecimento das futuras gerações. Dessa forma, combatia-se o grande avanço de uma “Cultura” estrangeira que suplantava esses valores e os costumes considerados “genuinamente” do “povo brasileiro”.

As demarcações dadas pela “Carta do Folclore” foram importantes para definir o que seria considerado os elementos folclóricos de destaque dentro da construção identitária do país, e que foram traduzidos nas páginas da “REVISTA BRASILEIRA DE FOLCLORE” (RBF). Nesse sentido, os folguedos foram considerados a manifestação cultural de maior representatividade dos costumes do “povo”. De acordo com Vilhena (1997), esses intelectuais escolheram “os folguedos” como objeto de pesquisa porque:

Diferente de contos ou cantos que, a princípio, se transmitem facilmente de região em região e não tem uma época do ano definida para ocorrer, o folguedo, sendo um ritual elaborado que envolve uma certa quantidade de recursos e de pessoas organizadas para ser executado, tem suas coordenadas temporais e espaciais mais estáveis (p.186).

No entanto, o entendimento do que seriam as danças populares características de cada região, na perspectiva de Vilhena (1997), fazia com que esse grupo de eruditos escolhesse e ditasse o que seria considerado folguedos/Folclore. Essa intervenção acabou colocando à margem da “cultura popular” aquelas “brincadeiras” que não se enquadravam no projeto dos folcloristas, ou do que eles consideravam como características peculiares do Brasil. A pesar disso, esses intelectuais organizaram um programa de defesa do folclore:

Como promover a defesa do folclore? Em primeiro lugar, propiciando oportunidades para a apresentação de folguedos; festas e artes tradicionais, visando a integração do folclore na vida cotidiana. Em segundo lugar, em ordem de importância, mas ao mesmo tempo, empreendendo pesquisas, ministrando cursos, documentando e divulgando o folclore. Essa é a diretiva que se propôs e está seguindo na direção executiva da Campanha de Defesa do Folclore, para alcançar a restauração do nosso



folclore. E concluiu dizendo que como já afirmou, ela tem por alvo uma extensa clientela, que se divide em três faixas distintas - o homem simples do povo, que encarna o folclore, os letrados e os eruditos e, em âmbito mais específico, os folcloristas. O seu propósito pois é reunir todos os que, no mesmo empenho, procuram preservar e honrar aqueles modos de pensar, de sentir e de agir que nos identificam e distinguem como nação, como povo e como gente (RBF, 1961, p.98).

A criação da Revista Brasileira de Folclore fortaleceu uma prática que já estava sendo efetivada por seus sócios em outras instituições em prol de uma valorização do folclore, tornando-se um veículo privilegiado para a divulgação de pesquisas sobre as “artes populares”: “as páginas desta revista serão um espelho do nosso entendimento crescente da realidade da vida popular brasileira” (RBF, 1970, n.26, p.05).

O que a RBF visava? Primeiramente, a publicação de estudos e pesquisa sobre o folclore nacional. Em segundo lugar, ser instrumento de informação e contato com os folcloristas brasileiros. Um dos resultados do trabalho de seus organizadores foi conseguir levar as pesquisas produzidas e publicadas nas páginas da revista para o exterior, através do fornecimento de seus números a instituições congêneres.

Esse periódico, editado três vezes ao ano, trazia em suas capas imagens que representariam as várias manifestações do folclore brasileiro, como as rendas do Ceará, a capoeira, o bumba meu boi, as festas natalinas, as cavalhadas de Alagoas etc. A presença de pesquisas sobre os folguedos, destacando as danças, músicas, roupas e objetos que simbolizariam aquela prática, era constante na revista:

O MANEIRO PAU QUE VI no Crato caracteriza bem o aspecto dinâmico do Folclore observado por Edison Carneiro. O folguedo a que assisti em outras ocasiões, e a julgar pelo depoimento do folclorista local, Prof. J. Figueiredo Filho, dança de homens despida de qualquer entredo dramático e até de acompanhamento musical, evolui para o surgimento de uma “trama” que justifica a luta (as lutas) de cacete simbolizada [...]. Convém chamar atenção aqui para o fato de o grupo de Maneiro Pau estar intimamente ligado ao grupo do Cabaçal, dos irmãos Aniceto. Não apenas residem no Crato, mas no mesmo local e fazem suas exibições conjuntamente (RBF, 1970, n.26, pp.39 e 40)

Na citação acima, verificamos a relação clara entre os acadêmicos do ICC e os folcloristas em torno da RBF. Em relação aos folguedos, eles também se tornaram um importante objeto de pesquisa e motivo de preocupação para os intelectuais reunidos em torno da revista *Itaytera*.

Em relação às danças e músicas populares, a Revista Brasileira de Folclore procurava divulgar a singularidade dessas manifestações para a consolidação de uma dada identidade do



“brasileiro”, que não seria apenas resultado do contato entre branco e indígena. O negro, nesse sentido, emergiu como outro colaborador nessa construção. Por isso os folguedos receberam tanta atenção, pois seus cantos e formas de traçar e dançar misturavam aspectos das variadas culturas que constituíam o país produzindo “o novo”, ou seja, práticas que não poderiam ser consideradas exclusivamente africanas ou portuguesas. Seriam, isso sim, manifestações de um novo sujeito: o brasileiro.

Segundo J. Figueiredo Filho essa junção teria sido “harmônica”, e os folguedos caririenses, resultado das relações entre a cultura dos índios, negros e europeus, seriam uma das representações folclóricas características próprias da região, colocando-a em destaque em relação a outras localidades. Os Folguedos, a partir de 1960, ganharam a atenção de alguns intelectuais do ICC e da revista *Itaytera*, resultando na publicação de duas obras que se tornaram marco na produção “monográfica” caririense: “Folclore do Cariri” (1962) e os “Folguedos Infantis Caririense” (1966), ambas de autoria do folclorista J. Figueiredo filho.

Os folcloristas nacionais buscavam em suas pesquisas destacar, a partir da “Carta do Folclore Brasileiro”, “como tema principal os folguedos populares” (VILHENA, 1997), ao mesmo tempo em que era incentivada a pesquisa e construção de instituições nas regiões do Brasil em prol do mapeamento dessas manifestações populares. Em “Folguedos Infantis Caririenses”, J. de Figueiredo Filho relatou e registrou as danças e outras artes folclóricas de sua infância. Para tanto, realizou entrevistas com pessoas que praticavam tais manifestações, além, claro, de recorrer à sua própria memória. Portanto, essa “Monografia” foi:

Produto direto de minha observação direta no meio e da contribuição espontânea de varias pessoas, arraigadamente vinculadas ao Vale do Cariri e conhecedores de seus hábitos e costumes. As brincadeiras infantis estão intimamente presas ao folclore. Muitas delas acompanham o homem desde os albores da civilização. Outros apareceram mais recentemente, mas se integraram definitivamente ao ambiente (1966, p.07).

Nesse sentido, esse folclorista caririense seguia o norte indicado pela “Campanha de Defesa do Folclore” que se baseava em uma “mobilização de um larguíssimo quadro de coletores” e “rígida coordenação centralizada”. A obra “Folguedos Infantis Caririenses” era um ensaio de “caráter de memória”, em que percebemos a seguinte preocupação: relembrar um passado em que os folguedos faziam parte das brincadeiras de infância, realizadas nas ruas da cidade do Crato, como as “cantigas de roda”, os “Jogos de castanha” realizados nas calçadas etc.

Nessa obra o autor deu grande importância à “tradição oral”, considerando-a como uma forma de “conservação” de “toda a ciência, emanada do povo, ditos, versos, folgedos, artesanatos” (FILHO, 1966, p.125). A escassez de documentação escrita fez com que o conhecimento dessas “coisas” aprendidas, atuadas e (re) inventadas nos terreiros das casas do interior sobrevivesse através da oralidade, de uma transmissão feita “de cor. [Que] às vezes se conserva puro, mas o comum é sofrer modificações com o meio, com novas aculturações e mesmo com o evoluir dos tempos (FILHO, 1966, p.125).

As pesquisas e estudos feitos por José de Figueiredo Filho, membro do ICC e da revista *Itaytera*, serviu de base e inspiração para outros intelectuais do Instituto Cultural do Cariri. Ele era considerado a “maior autoridade nos assuntos folclóricos da região caririense” (ITAYTERA, 1965, p.189). Na revista *Itaytera* encontramos um percentual importante de matérias que procuravam divulgar algumas contribuições e conhecimentos dos folgedos caririenses produzidas pelos “discípulos” de Figueiredo Filho, por exemplo: F.S. Nascimento, que escreveu “Folclore no mundo social da criança” (1962) e “A região do Cariri e alguns de seus folgedos” (1975); J. Lindenberg de Aquino, autor de “O folclore e alma popular” (1980); Francisco de Vasconcellos com seu “Cariri: o grande centro de folclore do nordeste” (1967), “O cego do cavaquinho” (1967) e “Os reisados de São José do pau seco” (1968).

Como ação efetiva de valorização, preservação e divulgação das manifestações folclóricas da região, que consideravam representação do mais genuíno folclore do Brasil, os membros do ICC e de *Itaytera* criaram um grupo de folgedos chamado *Itaytera*, fundaram a “sessão do folclore” na revista em 31 de abril de 1973. Também incentivaram os grupos folclóricos do Cariri a participarem de eventos e festivais, como no 1º Festival Cearense do Folclore, e enviaram “uma banda de música de couro aos festejos comemorativos do 4º centenário de São Paulo” (Livro de Ata do Instituto Cultural do Cariri, nº1, p. 06). A presença dos grupos do Cariri no:

I Festival de Folclore do Ceará, nos proporcionou, ainda o ensejo de ver três reisados do interior – o de São José, representados por rapazes do distrito cratense de Muriti, o de Cipó, do Distrito Juazeirense de Padre Cícero, e de Caucaia. Em descrições sucintas, mas bastante curiosas, o Jornalista Walter Meneses Barbosa classificou os dois primeiros como “reisado histórico” e “reisado popular” (ITAYTERA, 1965, p.189).

Considerações finais

O Instituto Cultural do Cariri e seu “órgão oficial”, a revista *Itaytera*, tiveram grande importância para a (re) construção imagético-discursiva de uma determinada identidade para a

região do Cariri. Essas entidades, formadas por uma elite caririense, empreenderam ações e produziram imagens e discursos sobre o Cariri a partir do que consideravam suas especificidades, como o folclore da região.

Ao produzirem e publicarem matérias sobre o folclore caririense, não apenas davam visibilidade a essa manifestação cultural como também demarcavam o que deveria ser considerado e preservado como folclore através de pesquisas, da promoção de festivais de folclore, de incentivos financeiros, especialmente para os brincantes, e a valorização dessa arte. Classificaram e mapearam as manifestações folclóricas na região, mostrando sintonia com os princípios colocados pela “Carta do Folclore” de 1951 e da “Campanha de defesa do Folclore”, realizada pela Comissão Nacional do Folclore, a saber: a pesquisa (principalmente dos folguedos locais), a educação, como meio de levar a conhecer essas manifestações, e sua preservação.

O ICC, portanto, manteve-se a par dessa campanha, como podemos perceber nas realizações de pesquisas sobre os folguedos da região publicadas em *Itaytera* pelo principal pesquisador dessas “artes”, e membro da Comissão Cearense de Folclore, o folclorista J. Figueiredo Filho.

Para os acadêmicos do Instituto:

Ocupado no decurso do século XVIII por contingentes humanos procedentes de todo o Nordeste brasileiro, inclusive da Bahia dos Ávilas, o Cariri cearense, mais conhecido por Cariri-nôvo, ao mesmo tempo que se fundia étnicamente, ia assimilando os usos, os costumes e as tradições populares dos adventícios, decorrendo de todos esses fatores a riqueza multiforme do seu patrimônio folclórico. Com os primeiros alagoanos que demandaram para a missão do Miranda em busca de suas terras ubertosas, veio a banda de couro cabaçal, tendo a sua toada se perpetuado pelos anos afora, à falta de outros conjuntos musicais bem aparelhados e mais sonoros (ITAYTERA, 1966:185, grifos nossos).

Para eles esse “Patrimônio Folclórico” era importante para a valorização das “coisas” do interior, para levar essa localidade ao “lugar mais alto”, para combater a ideia de inferioridade em relação ao litoral e colocar-se em “pé de igualdade” com ele (ITAYTERA, 1962, p.122).

Essa sociedade civil assumiu a “missão” de não permitir que o progresso eliminasse o folclore “da paisagem pitoresca da terra caririense”. Ao entrelaçar as memórias e a pesquisa, esses acadêmicos procuravam valorizar o “seu rico folclore” “forjado neste caldeamento de três raças diversas, cada qual com seus costumes e hábitos que aqui se fundiram tão harmoniosamente” (ITAYTERA, 1955, p.111).

Na revista *Itaytera*, verificamos que em 1973 foi criada a “secção de folclore” em reunião de 31 de abril: “O secretario geral, J.Lindemberg de Aquino propôs a criação junto às secções de letras, ciências e artes, outra consagrada ao Folclore, a ser preenchida na próxima eleição da Diretoria do ICC”. (ITAYTERA, 1973, p.142). Em 1966 foi fundado o “clube de amigos do folclore”, anunciado pelo jornal “A ação” em uma de suas matérias: “Na manhã de ontem, foi fundado o clube de amigos do folclore do Crato por iniciativa do Instituto Cultural do Cariri, visando a incentivar e divulgar o genuíno e rico folclore do Crato, dos mais famosos, conhecidos e admirados do país” (AÇÃO, 1966, n.1.150, p.01).

Portanto, o ICC e a revista *Itaytera* apresentam traços que estavam em sintonia com a Confederação Nacional do Folclore e sua respectiva revista. Nos dois periódicos analisados, verificamos o destaque em suas matérias aos folguedos, a utilização de várias imagens sobre essa manifestação folclórica, sua defesa e divulgação através de festivais que buscavam tirar essa “arte” do desconhecimento. Por conseguinte, o folclore se tornou um fator que teve, naquele tempo, uma importância fundamental para a constituição e (re)invenção da identidade local e nacional.

Fontes

Revista *Itaytera* (1955-1980), produzida pelo Instituto Cultural do Cariri.

Revista Brasileira de Folclore (1961-1976), produzida pelo Ministério da Educação e Cultura dentro da “Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro” promovida pela Comissão Nacional do Folclore.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. 4ª Ed. São Paulo: Brasilienses, 1984.

FIGUEIREDO FILHO, J. *O folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. *Folguedos infantis caririenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*. São Paulo, n.10, p.07-28, 1993.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Nota

¹ Este órgão civil tinha como “finalidade o estudo das ciências, letras e artes em geral, e, especialmente, da História e da Geografia Política do Cariri” (ITAYTERA, 1955, p.181). Embora atuante até hoje, as três primeiras décadas de seu funcionamento correspondem ao período de maior efervescência política e cultural de seus sócios fundadores e colaboradores.